

Vol 17, Núm1, jan-jun, 2024, pág. 447-460.

O funcionamento discursivo da palavra “campo” em documentos do campus rural Marabá (Pará, Brasil)

Word “countryside” discourse functioning in official documents in rural campus of Marabá

Erica Cristina Rodrigues Nascimento Lima

RESUMO

Este artigo apresenta um gesto de leitura sobre o funcionamento do discurso que circula nos documentos institucionais do Campus Rural Marabá (CRMB)- campus que integra o Instituto Federal do Pará (IFPA)- a partir dos efeitos de sentido que se constituem no uso da palavra “campo”, nesses documentos. O gesto de análise apresentado tem como aporte teórico as noções propostas pela Análise do Discurso de Fundação Francesa e como objeto de análise o funcionamento do discurso sobre o “campo”, a partir dos dizeres que tomam a palavra “campo” em sua formulação. O *corpus* em análise é constituído por materialidades discursivas presentes no Projeto Político Pedagógico do CRMB, construído pela comunidade institucional em 2010, do qual foram selecionados recortes, tomados aqui como Sequências Discursivas, nas quais comparecem a palavra “campo”. Essas Sequências Discursivas constituem nosso dispositivo teórico-metodológico, o qual foi elaborado à luz das noções teóricas propostas nas obras de Michel Pêcheux. Os sentidos mobilizados em nossa análise comportam a relação entre linguagem e ideologia, porque entendemos o “dizer” como o lugar onde a Ideologia se materializa. As análises aqui apresentadas nos orientam a compreender a concepção de “campo” que circula no Projeto Político Pedagógico do Campus Rural Marabá/IFPA e nos permite observar que os sentidos produzidos nas formulações linguísticas do documento sustentam a dicotomia “campo-cidade” e reforçam a compreensão de que esses espaços são antagônicos.

Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso. “Campo”. Dicotomia.

ABSTRACT

*The following article consists of an analysis on the discourse functioning that runs in the official documents of the Rural Campus of Marabá (CRMB - acronym in Portuguese), which is part of the Federal Institute of Pará (IFPA), and it stems from the effects of meaning within the word “countryside” in these documents. Framework is based on the theoretical-analytical contribution of the French Discourse Analysis, and the object of study falls into the discourse functioning concerning to the rural zone from the sayings that take the word “countryside” in their formulation. **Corpus** is composed of discursive materiality displayed in the CRMB Political Pedagogical Project that was written by the institutional community in 2010, from which excerpts were selected and taken here as Discursive Sequences, in which the word “countryside” appears. For to paraphrase Michel Pêcheux, our methodology relies on his theoretical framework, as well as in the Narrative Sequences aforementioned. Meanings focused on our analysis include the relationship between language and ideology, since we understand “saying” as the place where Ideology materializes. Analyses guided us to understand the concept of “countryside” bounded to the Political Pedagogical Project of the Rural Campus of Marabá/IFPA and allowed us to observe that the meanings produced in this document support the country-city dichotomy, as well as reinforce the idea that these spaces are opposite.*

Keywords: Discourse Analysis. Discourse. Countryside. Dichotomy.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação intitulada *Os dizeres sobre os “sujeitos do campo” no Instituto Federal do Pará: uma análise discursiva*, desenvolvido em nível de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2017. A dissertação apresenta um gesto de análise dos discursos que circulam sobre os “sujeitos do campo”, nos documentos institucionais do Campus Rural Marabá. A observação a respeito do papel que o Campus Rural Marabá, doravante CRMB, um dos 18 campi que integram o Instituto Federal do Pará (IFPA), assume frente aos princípios da Educação do Campo nos instigou a refletir sobre os efeitos de sentido que se constituem para o “campo” e para o sujeito que habita esse espaço, nos documentos produzidos, à época, sobre o Campus Rural de Marabá.

As discussões institucionais, os conflitos internos e externos que se estabelecem no CRMB e a forma como os sujeitos são designados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição nos motivaram a analisar o funcionamento do discurso institucional, materializado em documentos construídos pela comunidade escolar.

Com a finalidade de observar os dizeres e compreender o discurso sobre os “sujeitos do campo” é que a pesquisa se propôs a analisar os efeitos de sentidos que se constituem para os “sujeitos do campo” nos documentos do Campus Rural Marabá, do Instituto Federal do Pará e buscou, na identificação das designações atribuídas a eles, refletir sobre os dizeres que circulam nesses documentos.

Analisamos as produções de tais efeitos de sentido a partir das expressões linguísticas que designam os “sujeitos do campo”, bem como dos dizeres sobre esses sujeitos, materializados em Sequências Discursivas extraídas do PPP da instituição. No *corpus* em análise pudemos observar dizeres que constituem efeitos de sentidos para os “sujeitos do campo” e procuramos compreender o funcionamento do discurso institucional a partir das designações que referem esses sujeitos, nos documentos.

Nosso gesto de análise fundamentou-se na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso de fundação francesa, a partir da teoria proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Em nosso gesto de análise apresentamos Sequências Discursivas recortadas do Projeto Político Pedagógico do CRMB, nas quais identificamos designações que funcionam como marcas discursivas e produzem sentidos sobre os sujeitos do campo.

Nosso trabalho mobiliza noções da AD e, ao final, apresenta algumas considerações

relevantes, mas optamos, neste texto, por discorrer apenas sobre os efeitos de sentidos que se constituem nos dizeres sobre o “campo”.

Em nosso gesto de análise pudemos observar efeitos de sentidos produzidos em dizeres sobre o “campo” e seus sujeitos, que orientaram nossa compreensão sobre o funcionamento do discurso sobre esses sujeitos, no Instituto Federal do Pará.

CAMPUS RURAL MARABÁ: A ÁRVORE QUE FLORESCEU DAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SUL E SUDESTE PARAENSE

Figura 1- Imagem Aérea do Campus Rural Marabá



Fonte: CRMB/IFPA

Localizado na Região de Carajás, a partir da doação da área pelos agricultores à União, o Campus Rural Marabá está implantado numa área de 354 ha, à direita com Rio Sororó. É uma escola que integra o cenário de uma paisagem natural, constituída por uma reserva florestal de castanheiras, seringueiras, plantações de café, pastagem, capoeiras e matas ciliares. Esse campus está instalado no Projeto de Assentamento “26 de Março” - antiga Fazenda Cabaceiras, de propriedade da família Mutran. Essa família se destaca em Marabá historicamente pela extração e exportação de Castanha do Pará, no entanto, a população marabaense reconhece a Fazenda Cabaceiras como o lugar para onde, na década de 1980, os castanheiros migravam em busca de trabalho e, muitas vezes, eram escravizados e assassinados pelos donos dos castanhais.

O Campus Rural Marabá (CRMB) é um dos 18 campi do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Implantado na Região de Carajás, localiza-se na PA-150, sentido Eldorado dos Carajás, distante 28 km do centro de Marabá. Esse campus, sucessor da Escola Agrotécnica Federal de Marabá materializou o sonho de milhares de famílias e de muitos militantes da Educação do Campo: a construção de uma escola voltada para os povos

do campo, localizada no meio rural” porque tem por proposta oportunizar o contato dos educandos com o conhecimento científico de forma teórica e prática e apresenta-se, nos documentos, como uma instituição comprometida com as questões que envolvem o campo, a qual reconhece e valoriza a diversidade cultural desse espaço, além de respeitar os saberes locais. Fruto das lutas políticas das organizações dos camponeses (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, pelo Movimento Sindical e pelos Centros Familiares de Formação por Alternância), representa uma conquista da luta camponesa que atende, prioritariamente, aos sujeitos do campo que habitam a região (os agricultores familiares e os indígenas).

ANÁLISE DE DISCURSO: FUNDAMENTOS BASILARES

O percurso teórico deste estudo adotou a proposta da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, desenvolvida por Michel Pêcheux, na França e Eni Orlandi, no Brasil. Esta teoria ganha consistência, na década de 1960, a partir do texto “Análise Automática do Discurso”, publicado no ano de 1969, por Michel Pêcheux. Nesse momento ganha espaço nos estudos sobre a linguagem, a noção de *discurso*.

Pêcheux, precursor dos estudos sobre o *discurso* na França, propõe em suas obras seguintes as noções teóricas basilares para a constituição da teoria do discurso, as quais repercutem no Brasil, a partir da década de 1980, em estudos desenvolvidos por Eni Orlandi.

Em seus estudos, Orlandi pontua o surgimento da Análise de Discurso como uma disciplina, situada, mas deslocando-se a todo instante, entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Os deslocamentos que a Análise de Discurso faz em relação à Linguística voltam-se para a noção de não-transparência da linguagem, ao considerar que a língua tem sua ordem própria; a respeito do Materialismo Histórico destaca-se a pressuposição de existência de um real da história, feita pelo homem, mas que não lhe é transparente; já em relação à Psicanálise é o deslocamento da noção de homem para a de sujeito quem vem contribuir para a constituição da AD.

É na confluência desses campos de conhecimento que a AD delimita seu objeto-o *discurso*- compreendendo que as palavras significam sem que se tenha controle sobre os sentidos produzidos, essa disciplina considera a relação que há entre o dizer e as condições sócio-históricas nas quais ele se inscreve para produzir efeitos de sentido.

Correlacionamos nosso conhecimento sobre a constituição da AD como disciplina ao

que diz Orlandi (2015):

[...] a Análise do discurso é herdeira de três regiões de conhecimento- Psicanálise, Linguística e Marxismo- não o é de modo servil e trabalha uma noção- a de discurso- que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2015, p.18).

Assim, a AD se configura como uma disciplina de entremeio, “que busca compreender o discurso em seu funcionamento” (DELA-SILVA, 2008, p.19) porque trabalha na confluência entre a Linguística e as Ciências Sociais, num lugar em que a interlocução só faz sentido se as posições sociais e a conjuntura histórica na qual o sujeito está inserido forem consideradas.

Filiando-se a compreensão de que não há sentido em si, mas que ele é constituído em sua inscrição na história, é que a AD vai se ocupar em analisar os efeitos de sentido produzidos pelo sujeito na relação da língua com a exterioridade. Assim, a exterioridade constitui o dizer e para compreender como se dá esse funcionamento é necessário recorrer a conceitos que, a princípio, estão no domínio de outras ciências, mas que são ressignificados e passam a integrar o quadro teórico-metodológico da AD.

Nossa adesão a essa perspectiva teórica é fruto de uma compreensão sobre a linguagem que envolve questões, relativas à produção de sentidos, que vão além do clichê “o que você quis dizer?”, pois sempre nos foi perceptível que numa dada situação de comunicação muitas coisas são omitidas e muito do que é verbalizado não é compreendido da mesma forma que o sujeito planeja.

Em nossas primeiras leituras a respeito dos estudos sobre o *discurso*, proposto por Michel Pêcheux, permitimo-nos compreender a linguagem a partir dessa outra perspectiva, a qual olha para os processos de significação pela lente da produção de efeitos de sentido. As reflexões feitas na AD apoiam-se nessa relação que se estabelece entre sujeito e sentido, pois como diz Orlandi (1994, p.55) “ao significar, o sujeito se significa”. Neste paradigma teórico, é na relação entre a Psicanálise e o Materialismo Histórico que se dá a constituição do sujeito.

Na Psicanálise, o sujeito é “apresentado como um sujeito descentrado, afetado pela ferida narcísica, distante do sujeito consciente, que se pensa livre e dono de si” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p.15). Já para o Materialismo Histórico, o sujeito é “assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela Ideologia” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p.14). Nesse sentido, o sujeito na AD é sujeito de discurso, o

que implica afirmar que ele é afetado pela ideologia e pelo inconsciente.

Pêcheux (2014 [1988], p.121) afirma que “uma teoria materialista do processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o sujeito ideológico como ‘sempre já-dado’”. Isso implica dizer quem sujeito e nem sentido estão já sempre dados, eles são constituídos no discurso. Para além disso, faz-se necessário compreender que esse sujeito do discurso não é origem e nem controla o que diz, pois é no efeito da articulação entre ideologia e inconsciente que ele produz seu discurso, muito embora ele não saiba disso e tenha a ilusão de que, em suas práticas discursivas, ele é origem e domina o que diz. Na obra *Semântica e Discurso* (1975) Pêcheux nos fala sobre:

[...] o esboço (incerto e incompleto de uma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de ‘imposição dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o’ (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito ‘funcione por si mesmo’”. (PÊCHEUX, 2014 [1975], p.123).

Nossa compreensão sobre assujeitamento relaciona-se à noção de Formação Discursiva, pois, nos termos de Pêcheux (2014[1975]):

[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seus discursos), pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 2014 [1975], p.147).

Para isso, faz-se necessário entender que Pêcheux conceitua formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 147).

Damos ênfase assim ao processo de identificação que se efetua entre o sujeito e as formações discursivas reguladoras do discurso, pois, ao afirmarmos que sujeito se inscreve numa formação discursiva dada, partimos do princípio de que a formação discursiva “corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente” (INDURSKY, 2008, p.11). Mesmo sendo constituído na relação que se estabelece entre linguagem e história, o sujeito de discurso se compreende como “um sujeito capaz de tudo dizer, de tudo compreender, de muitos modos, de controlar com sua vontade os efeitos de sentido de seu discurso” (PAYER, 2005, p.13) e na ilusão desse controle, ao ser afetado pelo simbólico, esquece- pois nos termos da AD “falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador”. (ORLANDI, 2015, p. 56) - que ele diz de uma posição que regula o que lhe é

permitido dizer. Nesse sentido, o sujeito do discurso “toma lugar”, ou seja, se inscreve numa formação discursiva para produzir discurso, mas na ilusão de manipular o que diz, não percebe que suas práticas discursivas são reguladas pela posição-sujeito que ele ocupa a partir da(s) formação(s) discursiva(s) na(s) qual(s) ele se inscreve e aí reside o trabalho da ideologia.

Logo, o *discurso* produzido pelo sujeito situa-se num lugar em que a relação com outros discursos (de outros interlocutores, ou historicamente constituídos em outros espaços) comparecem. Por ter agora o seu discurso afetado por outros discursos, esse sujeito não é mais visto como uno, como homogêneo; ao contrário, para a AD a heterogeneidade lhe é constitutiva e ele passa a ser compreendido na complexidade do eu/outro interrelacionado ao Inconsciente, mesmo mantendo a ilusão de que é o centro e de que está na origem do dizer, efeito esse produzido pela interpelação ideológica.

Pêcheux (1975) afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.”. Compreendemos aqui que a relação entre linguagem e ideologia é observada no *discurso* e percebemos então “como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.” O dizer, antes definido de uma perspectiva comunicacional como a transmissão de uma mensagem por meio de sons que se organizam em forma de palavras, é agora entendido por nós como lugar onde a ideologia se materializa.

Em AD, as práticas de linguagem são reguladas pela ideologia. Essa regulação se dá quando a ideologia opera produzindo evidências que conduzem o sujeito a tomar o sentido como dado, como natural, como se ele estivesse colado na palavra. Nesse processo o sentido ganha um efeito de naturalização pois, na produção do discurso, a ideologia apaga a sua existência, ao interpelar o indivíduo em sujeito e no processo de esquecimento, faz com que ele se imagine na origem e no controle do dizer.

Em Pêcheux (1975), temos a afirmação de que “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento daquilo que o determina’ (PÊCHEUX, 2014 [1975], p.150). Assim passamos a entender que esse processo de identificação que se efetua na relação que o sujeito estabelece com a formação discursiva na qual se inscreve, funciona a partir do pré-construído que, conforme Pêcheux (1975), “corresponde ao ‘sempre- já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”. (PÊCHEUX, 2014 [1975], p.151). Assim, os gestos de interpretação do analista, determinados pelo dispositivo teórico construído, deve considerar o efeito produzido pela ideologia, sem se

tornar vítima dela.

Em nossa dissertação buscamos compreender o funcionamento do discurso institucional sobre os “sujeitos do campo”. Nosso primeiro gesto foi identificar as sequências nas quais os dizeres sobre os “sujeitos do campo” estavam materializados, para então iniciarmos a construção do dispositivo teórico e analítico. Orlandi (1990), ao tratar da construção do dispositivo teórico, afirma:

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 1990, p.57).

E foi nessa procura pelo “real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2015,p.54) conduzimos nossas análises.

O SENTIDO DE “CAMPO” NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CRMB

O documento analisado em nossa dissertação apresenta uma definição sobre *campo* na qual o efeito de sentido produz uma relação de diferença, mas silencia uma disputa entre o que é próprio do campo e o que é próprio da cidade. Em nosso gesto de análise, esse dizer sobre a cidade é opaco porque se constitui como um não- dito no documento, conforme podemos observar na **SD** apresentada a seguir:

(SD72) O campo caracteriza-se como um lugar diferente da cidade e como um território marcado por uma intensa diversidade social, político, cultural, econômica e ambiental. A diversidade está na forma de vida dos diferentes povos do campo, evidenciada nas diferentes formas de se relacionar com a natureza, nos modos de produzir, comer, falar, festejar, lutar por direitos etc.

Observamos que a oposição marca um dizer sobre *campo* e apaga um dizer sobre a *cidade*. Há um silenciamento da comparação entre *campo* e *cidade*, mas a supervalorização da diversidade que caracteriza o campo, marcada no uso do adjetivo “intensa” antecedendo o substantivo “diversidade”, o qual é adjetivado de cinco formas (social, político, cultural, econômica e ambiental), aliada ao uso da palavra “diferente” produzem um efeito de sentido que aponta para a comparação porque, ao descrever o *campo* como um lugar de intensa atividade, constitui-se aí, pelo *não dito*, um outro efeito de sentido: de que a cidade não comporta tamanha diversidade.

Atentamos ainda para o uso da palavra *território*. Ao dizer que “O campo caracteriza-se como um lugar diferente da cidade e como um território” percebemos, além do efeito de oposição entre *campo* e *cidade* produzido no parágrafo anterior, efeitos de sentido diferentes

para as expressões: *um lugar e como um território*. O uso da conjunção coordenativa aditiva “e” marca essa diferença pois *lugar* não é o mesmo que *território* já que lugar estabelece uma relação de sentido com natureza, paisagem, enquanto território marca o sociocultural. O uso da conjunção comparativa *como* marca a equivalência entre *campo* e *território*. A palavra *território* produz um efeito de sentido que aponta a disputa, o conflito, de lugar a ser defendido.

No discurso do CRMB, a palavra *território* marca uma posição política e isso aparece na afirmação de que *o campo é um lugar e um território*. Essa posição é afetada por dizeres que vem de outros lugares e que falam sobre o *campo* numa perspectiva que atribui, para além do valor econômico, um valor simbólico a este espaço. O *campo*, como a própria **SD** aponta, é um lugar de riquezas socioculturais, de múltiplos sujeitos, vivências e experiências. É o lugar visto pelos sujeitos como o “meu lugar” e a relação afetiva que eles nutrem por este espaço têm grande importância. Dessa forma, em relação à cidade, o *campo* é um espaço a ser defendido.

Nosso gesto de leitura nos despertou ainda uma reflexão a respeito desse dizer sobre o *campo* que se coloca num lugar da diferença, mas que se utiliza dos mesmos aspectos que caracterizam a cidade para falar do *campo*. O efeito de contradição constitui esse dizer, porque ao usar elementos culturais mobilizados para caracterizar esse “campo diferente” ele recorre, inconscientemente, a elementos que também caracterizam a *cidade*.

A CONCEPÇÃO DE “CAMPO” PARA O CAMPUS RURAL MARABÁ

A discussão em torno da categoria campo tem sido foco de muitos estudos em diversas áreas do conhecimento. Na tentativa de refletir sobre como o Campus Rural Marabá pensa sobre o campo e diz sobre esse espaço é que apontamos algumas questões a respeito do que se compreende por campo na atualidade.

Nunes (2009) em artigo intitulado “Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações” inicia a discussão apontando que no contexto brasileiro “o campo é o que não é cidade” (NUNES, 2009, p.5). Para a autora, a distinção entre campo e cidade foi sempre estabelecida por critérios diferentes em épocas e espaços diferentes: na Antiguidade o critério usado para diferenciar campo/cidade era o trabalho; na Idade Média os muros definiam o que era o campo e que era a cidade; mas na modernidade essa distinção tornou-se complexa.

Há uma definição formal, baseada em Decretos-Lei para determinar o que é acidade, relegando o campo a ser compreendido, de acordo com Nunes (2009), como “aquilo que não é cidade” (NUNES, 2009, p.5).

As representações feitas sobre o campo são constituídas no lugar da comparação em relação à cidade, numa constante observação entre as coisas boas da cidade e as coisas ruins do campo, ou as coisas ruins da cidade e as coisas boas do campo. Há uma memória que diz sobre o campo como lugar de dificuldades, de atraso e de isolamento. É o lugar do trabalho pesado, do “cabo da enxada” (relacionado às práticas de trabalho desenvolvidas, à pouca remuneração, ao desgaste físico, aos instrumentos utilizados etc.). Nesse lugar que se acorda cedo para trabalhar, se anda léguas, se trabalha de sol a sol. Esse é o lugar onde as mãos calejam e essa memória resgata uma representação do campo como o lugar do “bom trabalhador”.

Persiste também uma outra memória que fala do campo como lugar de descanso, do contato com a Natureza e conseqüentemente do lazer/prazer proporcionado por ela. O bucolismo que idealiza na Natureza a alegria, o acolhimento e o descanso tão necessários ao “homem da cidade” caracteriza o campo como o lugar onde o homem urbanizado, aflito pela correria do dia a dia, encontra refúgio.

No entanto, essa representação sobre campo é refutada por estudiosos que compreendem o campo, na atualidade, um espaço complexo porque é o lugar da diversidade. Como já dissemos, ele não é apenas o lugar da agricultura ou da produção agropecuária, ou o lugar do refúgio, porque o ambiente, os hábitos, os meios de sobrevivência e as práticas culturais no campo estão marcados pela vida moderna e, conseqüentemente, sofrem constantes modificações, o que o torna um espaço que se adapta, se reconstrói e se ressignifica.

Segundo Nunes (2009),

No contexto de novas relações entre campo e cidade, supera-se a oposição entre eles, o campo incorpora as tecnologias da cidade e reorganiza suas formas por conta das novas relações de produção, no entanto estas não exterminam as atividades agrícolas. Assim, cidade e campo continuam existindo, contudo, não mais sob o viés da dicotomia devido às novas relações entre eles. (NUNES, 2009, p.7)

Essa concepção de diversidade, de mudanças, de cultura, de condições e oportunidades de desenvolvimento, trabalho e geração de renda é definida como princípio na Educação do Campo e defendida pelos Movimentos Sociais do Campo como necessários à transformação da escola e o CRMB comunga desse pensamento ao se propor a reconhecer as diferenças, as interações, as reciprocidades e a valorizá-las.

Partindo do pressuposto que “o espaço do campo no sudeste paraense caracteriza-se

como um território marcado por uma diversidade de povos e culturas” (PPP,2010, p. 31), o CRMB implementa seu projeto de Educação definindo o campo como “um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura.” É o que afirma o Projeto Político Pedagógico ao dizer que:

O campo caracteriza-se como um lugar diferente da cidade e como um território marcado por uma intensa diversidade social, político, cultural, econômica e ambiental. A diversidade está nas formas de vida dos diferentes povos do campo, evidenciada nas diferentes formas de se relacionar com a natureza, nos modos de produzir, comer, falar, festejar, lutar por direitos etc. Essa diversidade revela formas e tempos próprios de organização e produção de saberes, conhecimentos, valores e culturas que devem ser respeitadas e consideradas nas propostas e nos currículos escolares para que assim a escola tenha significado e importância real na vida desses sujeitos. (IFPA, p. 31-52)

A oposição entre campo/cidade é evidente e está marcada na afirmação “lugar diferente”. Esse efeito de sentido funciona nesse discurso em função da memória discursiva que, segundo Pêcheux (1999):

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PECHEUX, 1999 [1975], p. 52)

O “lugar diferente” produz um efeito de supervalorização desse espaço, para apagar a visão do atraso, do difícil e do retrocesso. Ao dizer “lugar diferente” o sentido desliza para “também somos gente, também produzimos, também somos parte da sociedade”. Além disso, o discurso marca uma posição que renega o urbano e o sistema capitalista, pois silencia um “não quero ser cidade, não quero esse modo de vida”, numa concepção negativa silenciada sobre a cidade.

A contradição constitui esse dizer sobre o “campo diferente da cidade”, porque ele é construído utilizando-se dos elementos que definem aquilo ao qual se quer opor. Percebemos aí a falha que constitui esse dizer do “ser outro diferente do mesmo” e então percebemos o funcionamento da ideologia no discurso pela ilusão do controle sobre o dizer que se revela pela veemência que ressoa no dizer “lugar diferente” contradita na descrição do igual.

Em nosso gesto de análise percebemos o quanto é presente nos documentos do Campus Rural Marabá esse dizer que se coloca no lugar da diferença, num processo de comparação entre a escola que há e a escola que se pretende ser/ter.

Circulam sentidos sobre o campo, tomado a partir da definição de escola, como podemos observar na SD2:

SD2- O contexto regional no qual o Campus está inserido, representado por dois modelos de campo que são incompatíveis e concorrentes, demanda uma escola que atue pelo fortalecimento de um projeto de sustentabilidade socioambiental para a região, vinculado aos camponeses e povos tradicionais. (p.4).

Campo e cidade são tomados como espaços concorrentes e a cidade é o lugar onde a sustentabilidade socioambiental não tem espaço. Ressoa então um efeito de sentido de que é na escola que os projetos sociais se constituem e se fortalecem e, por isso, a escola que atende ao campo precisa estar compatível com o projeto idealizado para esse espaço.

Assim, o CRMB se propõe a ser “(...) uma escola com uma forma diferenciada de estrutura, funcionamento e gestão, que permita o diálogo permanente com as organizações dos agricultores familiares e povos indígenas (...)” (PPP, 2010, p.9).

Ao dizer “uma escola com uma forma diferenciada” os documentos produzem um efeito de evidencia de que a “outra escola” é a escola da cidade, o que constitui um *não dito*. O não dizer mobiliza sentidos negativos sobre a escola da cidade, a qual apresenta defeitos evidenciados pela descrição da escola que se quer implantar.

Marcar a diferença entre a escola do campo e a escola da cidade por meio da “permissão do diálogo” constitui um outro *não dito* sobre a escola da cidade: é a escola que não permite o diálogo.

Ressoa aí uma memória que traz a Escola Tradicional para o discurso como: aquela que impõe tempo, espaço, tipos de conhecimento; que desconsidera os saberes exteriores a ela, que dita os currículos e não considera se o que se ensina faz sentido, ou não, para o aluno.

Esse é o *não dito* que constitui o trecho a seguir:

Essa diversidade revela formas e tempos próprios de organização e produção de saberes, conhecimentos, valores e culturas que devem ser respeitadas e consideradas nas propostas e nos currículos escolares para que assim a escola tenha significado e importância real na vida desses sujeitos. (IFPA, p. 31-52)

É em dizeres como esse que podemos perceber que o CRMB, dominado pelo discurso da diferença, marca a compreensão que tem sobre o campo, colocando-o no lugar da oposição em relação à cidade, mas a dicotomia na relação campo-cidade evidencia-se constantemente porque o dizer sobre o campo tem por parâmetro os elementos que definem a cidade e mesmo que esse dizer sobre o campo se constitua no lugar da oposição é a cidade que ressoa na produção dos sentidos atribuídos ao campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos de sentido que se constituem nos dizeres sobre o campo são relevantes em nossa análise porque significam a partir de um imaginário de campo como: o lugar das dificuldades, o lugar onde tudo é considerado negativo, o lugar que é diferente da cidade. Essa concepção antagônica sobre campo-cidade vai na contramão das concepções modernas que veem campo e cidade como espaços que se complementam.

Ao tomar a palavra, o Campus Rural Marabá assume uma posição que se coloca na defesa da permanência dos sujeitos do campo, no campo e concebe a cidade como um “inimigo a ser combatido”, do qual o “sujeito do campo” precisa ser protegido, para que assim o campo possa continuar a existir, porque, aqui, o campo e a cidade são espaços antagônicos.

REFERÊNCIAS

- DELA-SILVA, S. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia**. Campinas, SP: [s.n], 2008
- INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 1999.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Campus Rural Marabá (CRMB)**, Marabá, 2010.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: da resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2000.
- _____. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS. (2001) .
- _____. **O quadro atual da análise do discurso no Brasil: Um breve preâmbulo**. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. (Org). **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: Uma relação de nunca acabar**. São Carlos, SP: Caraluz, 2005.
- NUNES, Carla Cristiane. **Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações**. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos>. Acesso em: 13 de fevereiro. 2017.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- _____. **Introdução às ciências da linguagem- Discurso e Textualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel (1969). **Análise Automática do Discurso (AAD-69).** In: GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

_____. **Papel da Memória.** In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória.** Campinas, SP: Pontes, 1999b. Trad. José Horta Nunes.

_____. **É o nome que faz a fronteira.** In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

Recebido : 09 de fevereiro de 2023.

Aprovado: 30 de novembro de 2023.

Publicado: 1 de janeiro de 2024.

Autoria:

Erica Cristina Rodrigues Nascimento Lima

Instituição: Instituto Federal do Pará-IFPA

E-mail: erica.nascimento@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1050-7247>

País: Brasil